



# EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: DEBATES SOBRE MAIORIAS MINORIZADAS EM SALA DE AULA

Franklin Paulino Leal<sup>1</sup>; Dejahyr Lopes Junior<sup>2</sup>;  
franklin.leal@estudante.ifms.edu.br, dejahyr.lopes@ifms.edu.br,

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul  
II Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG 2022

**Resumo.** Este trabalho apresenta o recorte de uma pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado em rede nacional, sendo a Instituição Associada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS. Propõe-se uma reflexão sobre a construção da diversidade no Brasil iniciada com a chegada dos Portugueses e o processo de colonização em 1500. Com o passar dos anos, se intensificou a necessidade de buscar por reconhecimento e pela igualdade, repercutindo quanto a necessidade de implantação de legislações e normativas compatíveis com a valorização dos povos indígenas e comunidade negra no Brasil. No bicentenário da independência do Brasil, o estudo teórico que se propõe nesta pesquisa é de promover um debate urgente quanto a diversidade que se apresenta em sala de aula, além de refletir sobre a integração sócio educacional de toda e qualquer forma de minoria que se apresente na sociedade atual.

**Palavras Chave.** Diversidade. Raça. Educação.

**Abstract.** This work presents the cut of a master's research, under development, within the scope of the Postgraduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), offered on a national network, with the Institution Associated with the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso do Sul - IFMS. It proposes a reflection on the construction of diversity in Brazil, which began with the arrival of the Portuguese and the colonization process in 1500. Over the years, the need to seek recognition and equality intensified, reflecting on the need to implement legislation and regulations compatible with the valorization of indigenous peoples and the black community in Brazil. In the bicentennial of the independence of Brazil, the theoretical study proposed in this research is to promote an urgent debate about the diversity that is presented in the classroom, in addition to reflecting on the socio-educational integration of any and all forms of minority that appear in today's society.

<sup>1</sup> Mestrado em Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul.

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Docente do ProfEPT do IFMS, Campus de Campo Grande, MS.



**Keywords.** *Diversity. Breed. Education;*

## 1. Pluralismo e discriminação na educação

A pluralidade da população brasileira dá-se através de um processo escravista que permeia a construção e desenvolvimento da sociedade. Esse pensamento que, na nossa história, sugeriu uma fusão fraterna e tranquila entre brancos, negros e índios, serve para que nos dias de hoje seja realizada a manutenção das desigualdades raciais e manifesta-se nos vários espaços da estrutura social do país, sendo a escola o mais evidente e danoso. Historicamente, as Diretrizes curriculares mostram que o Brasil, no período inicial de construção de um modelo de educação, demonstrou-se excludente, impedindo que muitos brasileiros negros tivessem acesso às escolas. O Decreto-lei de nº 1331 de 1854 que estabelecia que não seriam admitidos escravos nas escolas públicas brasileiras e a instrução destes dependia da disponibilidade de professores.

“Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas:  
§ 1º Os meninos que padeceram moléstias contagiosas. § 2º Os que não tiverem sido vacinados. § 3º Os escravos.” (Brasil, 1854, art. 69)

O decreto, Nº 7031 de 6 de setembro de 1878 também versava sobre essa questão, estabelecendo que os negros só poderiam estudar no período noturno. Assim, para os negros, a garantia do direito ao estudo foi, ao longo dos anos, atrelada à perda da herança cultural de seu povo. Para muitos filhos de negros, a única possibilidade de educação era o aprendizado através do colonizador e, os poucos que tinham acesso às escolas públicas brasileiras, estudavam uma história que não era a do seu povo, com livros de personagens brancos de olhos azuis. Enfim, os professores e a escola representavam um mundo muito diferente daquele do povo negro.

Claro que, desde a publicação dos decretos citados acima, até os dias atuais, muitos avanços importantes aconteceram tanto no campo teórico, que permitiram o reconhecimento do racismo e a definição de suas manifestações, como no campo prático.

O processo de hierarquização, exclusão e discriminação de um indivíduo ou toda uma categoria social definida como diferente, baseada em alguma marca física externa a



qual é ressignificada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento. É, portanto, uma construção social e histórica, enquanto que o preconceito se relacionaria a atitudes e opiniões desfavoráveis em relação ao outro. Já a discriminação é responsável por um resultado e, quando uma pessoa acredita que foi discriminada, julga que foi injustamente tratada com base em uma categoria social ou por ser membro daquele grupo. A presença de fenômenos, como o preconceito e a discriminação, na sociedade, leva-nos a indagar sobre como se dá a formação do preconceito.

Essa formação está ligada a um processo mais amplo chamado de categorização, sendo este definido como uma tendência natural da mente humana para se adaptar às exigências práticas da vida cotidiana. Para isso, a mente humana criaria categorias como possibilidade de ordenamento da vida social. Categorizar também significa perceber os grupos de modos diferentes e esse processo dá origem aos estereótipos sociais que seriam certas generalizações feitas pelos indivíduos e compartilhadas por um número de pessoas no interior de um grupo social. Os estereótipos teriam ainda duas funções sociais que seriam contribuir para a criação e preservação das ideologias do grupo, bem como ajudar a preservar ou criar diferenciações positivas de um grupo em relação ao outro e, vale ressaltar que, nesta comparação, o seu grupo sempre tenderá a ter as características positivas. Pereira (2005) faz uma importante ponderação quanto a questão dos estereótipos que:

“exerce uma influência depreciativa, decorrente da aplicação dos estereótipos, pode levar a uma dificuldade geral em uma categoria social fazer-se ouvir nos mais diversos domínios e situações, por não estar identificada com certos conhecimentos.” (Pereira, 2005, p. 87)

A partir do conceito de estereótipo, é possível entender sua função de contribuir para a preservação do grupo social, ajudando os indivíduos a defender o seu modo de vida e as características do seu grupo. Mas, em contato com outros grupos, os indivíduos defenderão os valores do seu próprio grupo e tenderão a subestimar os que pareçam representar uma ameaça a eles.

Para continuarmos, se faz necessária apresentar, de acordo com Almeida (2018) o conceito básico sobre a diferença entre raça, preconceito e discriminação.

Na concepção de Almeida (2018), a perspectiva de uma classificação dos seres



humanos por raça é uma noção construída pela modernidade no momento em que o homem se torna objeto científico da Biologia e da Física. Dentro destas duas áreas constroem uma explicação em que a partir das características biológicas e geográficas das pessoas, definem-se as suas capacidades intelectuais, morais e psicológicas que existiria entre as diferentes raças. Nesta perspectiva, tanto os atributos biológicos, quanto as características étnico culturais, determinaram e hierarquizaram as potencialidades dos sujeitos. Embora já tenha sido comprovada a inexistência de subdivisão das raças humanas e raça continua sendo uma categoria criada de forma política e utilizada para justificar as desigualdades existentes e suas manutenções.

Quando pensamos em preconceito Almeida (2018) estabelece que o preconceito é uma opinião feita de forma superficial em relação a determinada pessoa ou grupo, que não é baseada em uma experiência real ou na razão e a discriminação refere-se a um tratamento injusto ou negativo que uma pessoa ou grupo recebe pelo fato de não pertencer a um determinado grupo seja ele étnico, religioso, gênero como exemplo, e em análise geral, a discriminação é o preconceito ou o racismo em sua forma de ação.

A classificação de “raça de uma pessoa consiste exatamente em negar a ela a sua individualidade e em sucumbir a pressuposições com base apenas numa participação atribuída a um grupo” (GLASS, 2012, p. 8).

De modo geral estereótipos funcionariam como um fio condutor para a disseminação do preconceito, dando origem a estigmas que vão sinalizar suspeitas e intolerância para com outros grupos.

A utilização desse conceito permite entender a função da escola no enfrentamento ao racismo, bem como quais comportamentos variados estão sendo ou poderão ser utilizados para auxiliar nesse processo. Nos próximos tópicos, será discutido como o racismo e a discriminação aparecem no espaço escolar, quais as consequências para os envolvidos nesse processo e a função da escola no enfrentamento ao racismo.

Uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede à formação de sua consciência e de seus efeitos (ALMEIDA, 2018, p. 53).



A construção do racismo tem origem no processo de colonização do território brasileiro, cuja a visão de Antônio Olímpio Sant’Ana apresenta que:

O século XIX foi o século da consolidação das doutrinas racistas. Em 1815, as nações colonialistas Inglaterra, França e Alemanha reuniram-se em Viena para repartir o mundo conhecido da época. Neste encontro, nada se falou sobre o tráfico de escravos. O representante do Papa, presente ao encontro, calou-se para não prejudicar os países majoritariamente católicos e praticantes da escravidão negra. Em 1839, após ser pressionado, o Papa Gregório XV condena o comercio de escravos, mas não a escravidão. Para ele, a escravidão não era um mal, desde que o senhor de escravos fosse bom. (Sant’Ana, 2003, p. 65)

Em uma perspectiva educacional para promover enfrentamento ao preconceito, e na visão de Gadotti (1995), “a força da educação está em seu poder de mudar os comportamentos. Mudar comportamentos significa acima de tudo, romper com certas posturas, superar dogmas, desinstalar-se, contradizer-se”. Apesar disso, a realidade da escola é outra, onde ainda é comum ouvirmos frases como: “Aqui na escola não temos racista”, ou “Não existe racismo aqui!”.

De acordo com a Unesco (2001) diversidade trata-se de tudo aquilo que apresenta pluralidade e que não é homogêneo, são as representações das diferentes formas de existências e culturas. a convivência de indivíduos diferentes em relação à etnia, religião, orientação sexual, cultura, gênero, num mesmo espaço. É a existência e interação de diferentes culturas. A diversidade racial da população é o espaço através do qual a escola pode compreender a cultura dos alunos, bem como a formação de sujeitos conscientes de sua história e de sua importância para a construção de um mundo melhor.

De acordo com Gadotti (1995) a escola deve ter uma educação que possa promover a formação de cidadãos críticos e não mantê-los na ignorância, que é a principal característica do racismo. Dessa forma, a escola deve ser a mais importante ferramenta de luta contra o racismo.



## 2. Racismo e a escola

O racismo se apresenta na escola de maneira sutil, camuflado em formas de brincadeiras, apelidos, mas que podem impedir os alunos negros de construir a sua identidade étnica de maneira positiva. A literatura sobre esse tema revela que o racismo pode ser manifestado na escola de diversas formas, seja na relação com seus pares na sala de aula ou em outros espaços, seja na relação com os professores ou com a equipe diretiva, seja na falta de representatividade no espaço escolar, dentre outros.

O preconceito em sala de aula se evidencia, na visão de CARNEIRO, (2011) quando as crianças brancas são feitas elogios como pessoas boas, bonitas e inteligentes. Em contrapartida, às crianças negras, os elogios são feitos às tarefas que elas executam e não a elas como seres humanos dignos de admiração e incentivo. É válido destacar que critérios de avaliações semelhantes foram encontrados em pesquisa realizada por Santos (2005) que tinha por objetivo analisar o papel do professor no processo de discriminação de crianças negras. Além disso, os critérios utilizados também divergiram, pois, enquanto que para as crianças brancas foram atribuídas características referentes à sua inteligência e à capacidade de pensar, como criatividade, expressão, idade e construção textual, para as crianças negras utilizaram-se critérios como correção gramatical, caligrafia e, principalmente, o esforço (Gomes, 2005).

Apesar das análises refletirem a realidade vivida pelos alunos negros nas escolas brasileiras, o reconhecimento da presença de racismo nesse ambiente ainda é negado pelos atores envolvidos nesse processo. Algumas pesquisas realizadas com professores demonstram que as discriminações ocorridas entre os alunos são vistas como ações inerentes à interação das crianças e, quando associam algumas dessas ações a fatores raciais, desvalorizam-nas, considerando-as pequenas e raras de acontecer. Não existe também o reconhecimento dos prejuízos que tais acontecimentos possam provocar no dia a dia e na vida das crianças envolvidas. Percebe-se então que a opinião dos professores sobre os aspectos raciais varia muito, indo desde o não reconhecimento da presença de racismo ou não acreditar na possibilidade de as crianças cometerem discriminação, passando pela desvalorização, até chegar ao reconhecimento da discriminação racial.

Em um ambiente em que, primordialmente as relações humanas deveriam ser enfatizadas, o preconceito se manifesta como uma forma de atitudes negativas, quer seja em



relação a uma única pessoa, quer seja em relação a um grupo como um todo. Tais atitudes são geralmente decorrentes da utilização de padrões no processo de inferiorização e supervalorização das culturas. Diante desta visão, Lopes faz a seguinte definição:

“Preconceito Racial é a ideia preconizada suspeita de intolerância e aversão de uma raça em relação a outra, sem razão objetiva ou refletida. Normalmente, o preconceito vem acompanhado de uma atitude discriminatória. Discriminação Racial é atitude ou ação de distinguir, separar as raças, tendo por base ideias preconceituosas.” (Lopes, p. 51)

Nessa situação, o não reconhecimento pelos professores de que o racismo é um fato recorrente e presente, nas escolas brasileiras, resulta na perpetuação de práticas discriminatórias graves e resolução inadequada de conflitos raciais dentro do ambiente escola. Na análise de Santos (2005) outra ideia que permeia o discurso dos professores e que reforça a ideia de não reconhecimento do racismo é a atribuição das discriminações existentes entre os alunos às questões socioeconômicas. Nesse ponto, eles deixam de reconhecer sua responsabilidade e culpabilizam as famílias, fazendo-as responsáveis pelas situações de conflitos e comportamentos inadequados das crianças. Observa-se ainda que, ao atribuir as causas a questões econômicas ou a problemas familiares, desvincula a escola desse processo e não reconhece a função social desta de respeitar a diversidade e de combater o racismo.

### **3. Abordagem antirracista na escola**

A escola brasileira cumpriu, por muito tempo, a sua função de transmissora de conteúdos historicamente acumulados que eram trabalhados separados da realidade social brasileira. Considerando que a escola é um importante agente de socialização, ela deve estar comprometida com um projeto coletivo de mudanças sociais que possibilite o processo de desenvolvimento do indivíduo como um modelo aberto, de modo a contemplar diferenças culturais e étnicas enriquecedoras para o tecido social. Mas já foi visto que o modelo educacional no Brasil não é tão inclusivo assim e não consegue garantir que, através da escola, todos tenham igualdade de oportunidades. Nesse panorama, para que a escola possa cumprir sua função social de enfrentar o racismo em seus espaços é preciso que conheça e adote estratégias que possibilitem mudanças reais no quadro atual.



O enfrentamento ao racismo é uma questão de interesse mundial e as estratégias para a redução do preconceito aparecem em estudos realizados em diversos contextos. Esses dados apresentam estratégias e possibilidades que podem ser desenvolvidas na escola com a finalidade de reduzir o racismo e combater a manifestação do preconceito entre os grupos sociais. Outras possibilidades para esse enfrentamento perpassam pelos fundamentos da educação e pela forma como as questões sociais e de raça irão percorrer o fazer educacional.

Quanto mais próxima a educação estiver dessas últimas posições, mais próxima estará das lutas de superação do racismo, pois o olhar é diferente, onde as outras posições enxergam raças, a perspectiva racialmente crítica e o antirracismo enxergam processos de formação de identidade. Nesse sentido, educação racialmente crítica e antirracista tem um comprometimento sério e estratégico de transformar vidas e a sociedade, eliminando o racismo e, para isso, todo o programa educacional deve estar sintonizado com esse processo.

Nessa perspectiva, a formação de novos docentes deveria promover ambientes de aprendizagem na educação básica de forma a combater o estereótipo racial e proporcionar uma formação relevante às experiências de todos. Sendo assim, a educação antirracista, através da integração dos ambientes de aprendizagens das escolas, universidades e outros processos educativos, ajuda a sociedade a deixar de lado uma política de culpa racial e a se voltar para a responsabilidade em combater o racismo.

Vale esclarecer aqui que os princípios da educação antirracista são baseados em críticas e em reflexões intensas em relação a ideologias, textos e práticas presentes na escola. O ensino antirracista envolve discussões sobre discriminação e as desigualdades raciais do passado e atuais, apontando as forças que mantêm o racismo. Dessa forma, é necessário ampliar as discussões sobre raça e racismo para desenvolver uma consciência que possa promover a inclusão ao invés de discriminação das mais variadas formas de minorias.

A educação antirracista traria benefícios para as crianças, equipando-as com ferramentas sociais e linguísticas capazes de identificar, desconstruir e contrapor informações raciais enviesadas adquiridas dentro da escola ou fora dela. Além disso, as crianças seriam empoderadas com ferramentas necessárias para responder ao racismo de modo construtivo. Além da educação antirracista, outra abordagem que se mostrou efetiva na diminuição do preconceito e que pode ser utilizada pela educação é a abordagem multicultural. De acordo com PETERS (2005), é uma abordagem multicultural significa





examinar criticamente o conhecimento e sua relação com o poder, “trazendo para o centro curricular as histórias intelectuais de grupos marginalizados”. A escola tem um importante papel no enfrentamento ao racismo e na eliminação das discriminações de qualquer natureza.

Assim, através do acesso a conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados e a trocas de conhecimentos entre todos os membros da comunidade educativa, a escola pode proporcionar a conquista de uma racionalidade no que diz respeito às relações sociais e raciais, indispensáveis para a construção de espaços mais democráticos e igualitários. Sob esse viés, o processo educativo também pode funcionar como uma emancipação dos grupos discriminados e uma via de acesso para o resgate da autoestima das crianças negras, pois pode se tornar um lugar de encontro das diferenças étnicas e de embate, tornando-se um instrumento eficaz para a prevenção do racismo e para a não incorporação do preconceito pelas crianças negras.

#### **4. Considerações finais**

A partir do ano de 1500 os europeus promoveram no território brasileiro um processo de subjugamento da história indígena e dos escravizados, através do processo de escolarização e “domesticação” e ao mesmo tempo, negaram e destruíram a sua própria compreensão de sua história.

Com o passar do tempo, negros e indígenas foram segregados e impossibilitados de se desenvolverem e se enxergarem dentro da sociedade que estava em construção no território brasileiro. Após terem seu passado negado pelos colonizadores, o futuro fora comprometido por reiteradas políticas educacionais em que não se permitia a introdução de negros e indígenas na esfera educacional como exemplo o Decreto-Lei nº 15, de 1839 que versava sobre as Instruções Primárias, que instituiu: “Artigo 3º São proibidos de frequentar as Escolas Públicas: 1º Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas. 2º Os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos.” (BRASIL, 1.837).

Tais políticas reiteradas segregou a diversidade racial que existia no país favorecendo apenas o fortalecimento dos imigrantes brancos que atendiam os anseios de “estereótipos brancos”. O processo de exclusão educacional reflete nos dias de hoje em políticas reconhecidamente necessárias para permitir a inclusão de minorias nos mais variados seguimentos sociais, no entanto, a correção educacional pública ainda carece de



---

atenção para a promoção de igualdade e respeito a diversidade.

A educação não deve ser uma educação que seja elitista, uma educação de poucos, de brancos, de ricos, de alunos com boa nota, daqueles que tem a dicotomia “corpo-cabeça” bem equalizada, mas uma educação de todos, uma educação que valorize a diversidade de todos que formam o mundo. A educação deve ser uma educação que promova um pensamento crítico, que enxergue e perceba as diferenças, que valorize a cultura de cada um, que valorize a cabeça de cada um, que valorize as cores de cada um, que valorize a vida de cada um.

Nesta mesma perspectiva, devemos considerar que a educação seja instrumento que promova um outro olhar para nossa realidade social, uma educação que promova um outro olhar para o mundo, uma educação que promova uma mudança na sociedade, uma educação que promova uma mudança nos corações de cada um de nós, uma educação que promova uma mudança na educação, uma educação que promova uma mudança na escola, uma educação que promova uma mudança em mim, uma educação que promova uma mudança em você, uma educação que promova uma mudança em nós, uma educação que promova uma mudança nesse mundo.

Conhecer para entender, respeitar e integrar, aceitando as contribuições das diversas culturas, oriundas das várias matrizes culturais presentes na sociedade brasileira, deve ser o objetivo específico da introdução nos currículos do tema transversal Pluralidade Cultural e Educação, que considero universal, pela sua abrangência e importância social. Contudo, torna-se necessário refletir até que ponto as culturas oriundas dos grupos subordinados na sociedade, cujas contribuições não são consideradas como tradição e passado significativo e, por isso, são invisibilizadas e minimizadas nos currículos, poderão vir a ser objeto de investigação e constituir-se na prática educativa dos professores.

A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência. Para a educação, os aspectos culturais que os grupos sociais subordinados trazem podem ser considerados como contribuições significativas para o conhecimento do mundo, da história, da literatura, da arte, da educação, da religiosidade, que podem constituir-se em um conjunto de saberes que podem ser objeto de ensino e de estudo, como, por exemplo, a cultura popular, a cultura afro-brasileira, a cultura indígena, entre outras, que devem ser consideradas nos currículos.



Através de um olhar acolhedor por parte das instituições e dos docentes é possível promover a inclusão, que promova a igualdade, que promova o fraternidade, uma educação que promova a liberdade, que promova a justiça, que promova a paz, uma educação que promova a solidariedade, que promova a cooperação, que promova a tolerância.

Neste aspecto, a educação deve assumir o compromisso de fazer com que os grupos sociais subordinados sejam reconhecidos como sujeitos sociais, como agentes de transformação social, como fontes de conhecimento, como produtores de cultura, como construtores de sua história, como agentes de educação como cidadãos.

O professor, enquanto educador, deve esforçar-se para que a diversidade de grupos sociais no mundo seja respeitada e inserida no contexto educacional, para que o reconhecimento de sua existência seja considerado como um bem social e, para isso, o professor deve ter o conhecimento da cultura dos grupos sociais, para que possa enfrentar e resolver os problemas que possam surgir na sala de aula, pois a relação professor/aluno não é uma relação que seja isenta de preconceitos, e discriminações, de exclusões. Por isso, a educação deve ser comprometida com a transformação social, com as ações que visem a redução das desigualdades sociais, com a justiça social, com a construção da cidadania, com a construção de um projeto de sociedade.

## 5. Referências:

BARBOSA, Márcio. **Trançado**. Estudos Afro-Asiáticos, n° 9, p. 50.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011

GOMES, Nilma Lino. Trabalho docente, formação de professores e diversidade étnicocultural. In: Oliveira, DA. Reformas Educacionais na América Latina e os trabalhos docentes. Autêntica, Belo Horizonte. 2003

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: Referindo sobre algumas estratégias de atuação. In: Munanga, K. (org). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília, p. 143-154, 2005

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2. ed. Brasília:



---

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-68. p. 47.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995 p.83

GLASS, Ronald D. **Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista**. Rev. Bras. Estud. Pedagog. 93 (235) , 2012 p. 42.

LOPES, Zacarias Anselmo de. **Combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação social**. Natal/RN, 2.001 p. 51.

SANT'ANA, Antônio Olímpio. **Racismo e a sua historicidade: O papel do ensino na formação do preconceito**. Revista do Professor, n. 35, jul./set. 2003, p. 65.

PEREIRA, M E.; PAIM, A.; Mata Filho, V. & Dantas, G. **Estereótipos e preconceitos nas inserções publicitárias difundidas no horário nobre da televisão baiana**. In. O negro nos espaços publicitários brasileiros: perspectivas contemporâneas em diálogo. Batista, L. L. & Leite, F. (orgs). São Paulo: Escola de comunicação e artes/ USP: Coordenadoria dos assuntos da população negra. p. 87-104. 2011.

PETERS, M. A. **Education, post-structuralism and the politics of difference**. Policy Futures in Education, v. 3, n. 4, p. 436–445, 2005.